



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A MULHER NA POLÍTICA PARAIBANA E SUAS RELAÇÕES COM OS LAÇOS FAMILIARES

Dayanny Deyse Leite Rodrigues

Universidade Federal da Paraíba – dayannydeyse@hotmail.com

Larissa Bagano Dourado

Universidade Federal da Paraíba - lariy@live.com

Resumo

Em 2015 completaram-se 83 anos que o direito ao voto feminino foi conquistado no Brasil. Diversas bandeiras em prol dos direitos das mulheres foram levantadas a partir da década de 1970, principalmente por meio da ascensão do Movimento Feminista no Brasil. No entanto, apesar de muitos avanços alcançados no decorrer dessas oito décadas, de modo geral as mulheres ainda não alcançaram uma significativa representação nos cargos políticos e administrativos nacionais. Dialogando com a chamada Nova História Política, movimento que possibilitou o retorno das atenções aos estudos ditos políticos, o presente trabalho trata-se da representação feminina na política paraibana, levando em conta os arranjos familiares e a questão da continuidade e ruptura em relação ao pertencimento ou não a famílias de grandes nomes políticos. No que se refere ao pertencimento a famílias de força na política partidária, parte das prefeitas paraibanas estão sim imersas a essa realidade, não sendo, vale destacar, a sua totalidade. Tal processo de perpetuação de poder via familiar, não está inserida na cultura política das mulheres paraibanas particularmente, mas sim na cultura política do estado da Paraíba, ou até do país como um todo, tendo à frente dos espaços políticos, nomes que representam a perpetuação do poder político familiar de determinadas famílias.

Palavras-chave: Mulher; Política partidária; Capital político familiar.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Introdução

Em 2015 completaram-se 83 anos que o direito ao voto feminino foi conquistado no Brasil. Diversas bandeiras em prol dos direitos das mulheres foram levantadas a partir da década de 1970, principalmente por meio da ascensão do Movimento Feminista no Brasil. Muitas das ideias defendidas nas ruas foram inseridas nas plataformas político partidárias, influenciando diretamente na criação de espaços de debate e visibilidade dentro dos partidos, através dos departamentos femininos ou coordenações de mulheres. No entanto, apesar de muitos avanços alcançados no decorrer dessas oito décadas, de modo geral as mulheres ainda não alcançaram uma significativa representação nos cargos políticos e administrativos nacionais.

Diante disso, percebe-se que durante muitos séculos as mulheres ficaram excluídas da participação no espaço público, restando-lhe sempre os afazeres domésticos e a vida privada. No entanto, isso não implica dizer que estas mulheres não tiveram uma história, muito menos afirmar que elas, por serem impedidas de certa participação nesses espaços públicos, obedeceram tais ordens. A perspectiva histórica que visa “construir” uma história dessas mulheres e da sua participação no espaço político, busca recuperar a trajetória daquelas que não aceitaram tal realidade e foram à luta pelos seus direitos, atuando de forma direta ou indireta nesses espaços. O ambiente público é considerada a barreira mais difícil de ultrapassar, é o espaço da fala, e nesse sentido, às mulheres sempre coube o silêncio. Transpor esse espaço é questionar o espaço privado, do lar, destinado sempre a elas, é romper barreiras, é colocar o poder patriarcal em perigo.

Após conquistado o direito de acesso às esferas de comando político, a presença feminina foi sendo notada aos poucos, no entanto, não podemos deixar de destacar a disparidade que existe entre o número de mulheres e a presença masculina no mesmo campo, demonstrando a desigualdade ainda existente em nossa sociedade. Ainda ressaltamos a pequena produção historiográfica referente à participação da mulher na política partidária



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

brasileira. Esse tipo de produção, em sua maioria, fica a cargo dos grupos feministas e/ou acadêmicos que se interessam pela temática.

No campo da História, pesquisas referentes à temática foram impulsionadas principalmente após a década de 1970, momento de reorganização e alargamento do horizonte da produção historiográfica. A partir daí, estudos englobando a mulher enquanto sujeito histórico ganha cada vez maior destaque. Partindo do pressuposto de que a mulher enfrenta diariamente um caminho de combate a tantos preconceitos e desigualdades, no qual o ponto de chegada é o seu empoderamento nos espaços públicos de poder e decisão, a temática se mostra cotidianamente presente nos principais ciclos de debates do mundo inteiro, e faz com que diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento assimilem e debrucem suas pesquisas sobre tais temáticas. Nesse sentido, nosso trabalho buscará somar com os debates já existentes a respeito da participação feminina no cenário político partidário nacional, paraibano em particular, bem como impulsionar novas discussões a respeito¹.

Seguindo o parâmetro nacional, na Paraíba, a presença feminina na política partidária só foi praticamente notada após a década de 1980. Na esfera parlamentar, se tratando do gênero, pouca coisa mudou desde o fim do regime militar no Brasil. As primeiras eleições pós-ditadura ocorreram em 1986, quando a porcentagem de deputadas federais eleitas subiu de 1,8% para 5,3%. Na Paraíba, Lúcia Braga, esposa de Wilson Braga, ex-governador do estado, foi eleita. Em 1998, foi realizada a primeira eleição em âmbito federal nas quais a cota por gênero já estava em vigor. Na referida eleição foram eleitas 29 deputadas federais em 18 dos 27 Estados da federação, o que significou uma baixa de 6,2% para 5,6% de mulheres eleitas no parlamento. “Na Paraíba, ainda em 2002, sete mulheres se candidataram a deputada federal e apenas uma se elegeu, Lúcia Braga” (RABAY; CARVALHO, 2010. p. 24).

Na esfera Estadual em 1986, 28 mulheres foram eleitas para as Assembleias Legislativas estaduais. Na Paraíba, Vani Braga, Irmã de Wilson Braga, ex governador paraibano, foi eleita pelo PDS. Em 1998, 23 mulheres disputaram o cargo de Deputada

¹ Este(as) autore(a)s discutem essas temáticas: Lúcia Avelar, Eleonora Menecueci de Oliveira, Ana Alice Alcântara Costa, Ângela Borba, Nalú Faria, Tatau Godinho, Maria Eulina Pessoa de Carvalho, RABAY, Gloria Rabay, Luana Simões Pinheiro, José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto, Fátima Jordão, entre outras. As referências completas das obras estão contidas nas Referências Bibliográficas.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Federal na Paraíba, sendo sete eleitas. Glória Rabay e M^a Eulina Carvalho destacam que, até hoje este foi o mandato estadual com maior número de mulheres na Paraíba. “No caso da Paraíba, a representação feminina vem diminuindo em relação a 1998, quando se elegeram sete deputadas estaduais; em 2002, foram seis; e, em 2006, quatro, num total de 36 vagas, o que representava 11,1% do total” (RABAY; CARVALHO, 2010. p. 25).

Nas eleições municipais nota-se um ligeiro avanço das mulheres na participação política. Segundo os dados do TSE, no período de 1993-96 os municípios brasileiros contavam com o total de 171 (3,43%), de mulheres em seu comando. Essa quantidade subiu para 304 prefeitas, (5,48%), no período de 1997-2000, em 2008 para 505 (9,8%) e em 2012 para 662 (12,1%) em todo o país. Na Paraíba também é perceptível esse salto, pulando do percentual de 8,18% (14 prefeitas), em 1993-96, para 16,2% (34 prefeitas), em 2008-11. Esse número se elevou ainda mais em 2012, sendo eleitas 48 mulheres, 22% do total de prefeituras.

Como destaca Rabay (2013), por diversos motivos, o poder municipal tem sido visto como um espaço privilegiado da participação feminina no cenário político. Uma das justificativas é a proximidade do *lócus* de atuação política, no caso a prefeitura, com o lar, o que possibilita a conciliação entre as obrigações políticas e as obrigações familiares. Outro ponto importante, no qual nos debruçaremos a fundo mais a frente, diz respeito ao peso que o poder simbólico familiar desempenham nas eleições de âmbito local.

Das 34 mulheres gestoras municipais atuantes no período de 2008-2012, 21 delas tentaram reeleição, sendo 15 reeleitas. Atingindo um total de 48 prefeitas eleitas em 2012, o estado paraibano, em termos absolutos, é inferior a Minas Gerais, São Paulo e Bahia, respectivamente com 71, 67 e 64 prefeitas. Entretanto, em termos relativos ao número de municípios, foi a Paraíba o estado brasileiro que mais elegeu mulheres para as prefeituras. Enquanto Minas Gerais possui apenas 8,3% dos municípios governados por mulheres, São Paulo 10,3% e Bahia 15,6%, a Paraíba, como já foi dito, elegeu mulheres para a prefeitura de 22% do total dos municípios.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Nos caminhos de uma Nova História Política

Dialogando com a chamada Nova História Política, movimento que possibilitou o retorno das atenções aos estudos ditos políticos, o presente trabalho trata-se da representação feminina na política paraibana, levando em conta os arranjos familiares e a questão da continuidade e rupturaa em relação ao pertecendimento ou não a famílias de grandes nomes políticos. Vale destacar que essa renovação da História política faz parte de um processo marcado por profundas mudanças no seio da produção historiográfica, e por meio deste, principalmente após a década de 1980, pode-se observar uma renovação na compreensão e nos estudos políticos.

De acordo com Silveira (2010), a história política era soberana até o início do século XX, no entanto a partir desse momento essa valorização foi muito atacada e rejeitada pela Escola dos *Annales*, que se empenhou em desprestigiá-la. Por ser considerada elitista, narrativa e linear, a história política teve que se reconfigurar para ser novamente aceita no meio historiográfico. Dentro desse campo, nosso trabalho se insere na medida em que a nova história política está ligada ao estudo de sujeitos até então não vistos ou pouco vistos pela história tradicional. Por meio desse novo olhar historiográfico, as mulheres vem cada vez mais sendo abordadas enquanto sujeitos históricos, tendo a sua representação encarada como tema de estudo.

Nesse contexto, assistimos o surgimento de uma História Política atrelada a uma História Vista de Baixo, na qual não apenas persistem as análises de temas tradicionais como partidos, eleições, partidos, biografias, mas também de novos objetos como a opinião pública, a mídia, o discurso, a participação de minorias. Como afirma René Rémond, a nova história política se apodera de outros problemas que não lhe dizia respeito anteriormente, como a preocupação com o estudo da participação na vida política e seus processos eleitorais, integrando todos os seus atores, deixando de lado o caráter elitista e individualista da antiga história política (RÉMOND, 1996 p. 24).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

No que se refere ao recorte temporal, o presente trabalho está envolto da discussão historiográfica a respeito da “História do tempo Presente”. Nessa perspectiva, trazemos a definição de Jean-Pierre Rioux, que a entende como “Um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas, é um pouco isto, a História do Tempo Presente.” (RIOUX, 1999. p. 50). Cientes da complexidade e problemática que envolvem tal discussão, encaramos esse desafio movidos pelas demandas que giram em torno de questões como relações de gênero, o empoderamento feminino, disputas entre o antigo e o novo fazer político, pois como afirma Jean-Pierre Rioux, a própria sociedade exige que o historiador faça história do presente, exige uma explicação, uma ordenação do contexto atual, esperando assim, a compreensão de seu significado.

Com base nisso, nosso trabalho caminha baseado nessas perspectivas, dando espaço a mulher enquanto sujeito “prematuro” e silenciado, na história política nacional e em especial do estado paraibano, mas que no entanto, pode e deve ser trabalhado enquanto sujeito de pesquisa.

A poder da herança familiar na política local paraibana

Considerando a herança como o processo de transmissão de um patrimônio de uma geração a outra, ou de uma pessoa a outra, as práticas de transmissão de herança podem dizer muito a respeito da cultura e/ou culturas políticas, bem como esclarecer a forma como o poder é distribuído na sociedade. Inspirada na tríplice divisão do conceito de capital político (capital delegado, capital convertido e capital heróico) empreendida por Bourdieu em sua obra *O Poder Simbólico*², Luana Pinheiro (2007, p. 87)³, adotou uma tipologia para analisar o tipo de capital político que as mulheres levam para o cenário, chegando, a uma tipologia que abrange quatro possibilidades de capital político: o capital familiar, delegado das famílias que tem tradição política; o capital oriundo da participação em movimentos sociais; o capital delegado

² BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2002.

³ PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

da ocupação de cargos públicos/políticos em função de um saber técnico especializado, e o capital convertido de outros campos que não o político (PINHEIRO, 2007, p. 87).

Não diferente dos demais estados brasileiros, a Paraíba carrega em sua história uma forte marca do poderio de grandes famílias na política partidária. Nesse sentido, assim como a maioria dos políticos brasileiros, parte das mulheres paraibanas em exercício partidário, são portadoras de relações de parentesco com lideranças políticas locais.

Como bem destaca Mariano (2005), na Paraíba, a construção de redes familiares se fortaleceu a partir da ocupação e a conquista do interior do estado, considerado como um negócio de família. Tal fato teria garantido as bases da organização política nas capitâncias. Ainda segundo Mariano (2005), as estratégias de união e de formação das redes familiares se desenvolveram a partir de meados do século XVIII. As alianças entre os proprietários de terra se efetivavam principalmente pelo casamento ou herança. Para Mary Del Priore (1999), “(...) a família constitui a forma de um grupo se perpetuar no poder. No mundo político, encontram-se vários exemplos de famílias, como as senhoriais de outrora, que detêm o poder sobre a vida e a morte das pessoas, distribuindo ordem e favores entre os mais carentes”⁴

Ainda referente à questão do familialismo, ou parentela, Lewin (1993) destaca a necessidade da real compreensão de que a organização política paraibana no início da República não se fundava exclusivamente em vínculos familiares, mas sim, em vínculos associativos à família, ou seja, para além do grau de parentesco, esse vínculo familiar também aglomerava a amizade política. Para Lewin (1993), “a oligarquia da Paraíba espelhou uma combinação de fortes lealdades personalísticas e de recrutamento e mobilização familiar” (LEWIN, 1993, p. 21).

Vale destacar que a forma vigente sobre a organização dos processos eleitorais pautados no modelo das democracias representativas, acaba limitando a participação política, seja de um homem ou mulher, sem estar ligado a uma família ou a um grupo político poderoso. Diante deste quadro, é compreensível que o ingresso de mulheres na política ocorra

⁴ Mary DEL PRIORE, **A Família no Brasil Colonial**, São Paulo, Moderna, 1999, p. 54



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

através da família que tem essa tradição política, do mesmo modo que o “herdeiro” varão homem também faz.

Vale destacar nesse ponto, que a entrada na política com apoio de famílias de renome no cenário partidário não inibe das mulheres as características necessárias à atuação no referido campo, pois como bem destaca Bourdieu (1998), aqueles que não possuem o conhecimento peculiar, ou capital cultural que na política se torna capital político, aos jogos realizados a esse campo, estão cada vez mais fadados a delegar representantes aparentemente aptos (ou profissionalizados) à realização da chefia política. Ou seja, para assumir cargos políticos o indivíduo deve ser portador de uma capacidade ou adequação a tão função. “Previsíveis, portanto responsáveis, no sentido do inglês *responsible*, quer dizer, competentes, sérios, dignos de confiança, em suma, prontos a desempenhar com constância e sem surpresas e nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço de jogo.” (BORDIEU, 1998, p. 172.)

Adentrar o espaço político sem uma herança familiar “é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que permitem tempo livre e supõem certo capital cultural” (BOURDIEU, 2004, p.191). Ou seja, se faz necessário uma inserção social ou um papel público de grande visibilidade e reconhecimento social, capaz de conquistar confiança de um grupo político do qual possa retirar força e prestígio.

Quando feita as coerentes análises, percebendo a tamanha disparidade existente entre a participação feminina e a masculina na política partidária, percebe-se que, mesmo aquelas mulheres que entraram na política através do capital político herdado da família, conseguiram sair do âmbito privado tradicionalmente lhes empregado, e alcançaram um lugar no espaço público, construindo uma oportunidade de acumular capital político próprio e participar da esfera pública. Diante disso, enxerga-se a possibilidade de mudança na composição do campo político e nos habitus ditos femininos tradicionais, em direção a um processo de



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

reconfiguração e conscientização quanto à ocupação dos espaços, sejam eles públicos ou privados.

Deve-se destacar a maior participação feminina no âmbito político municipal, detectado principalmente após a aprovação da lei de cotas, que garantiu o percentual mínimo de candidaturas em 30%. Nesse sentido, segundo Avelar (2001) a participação das mulheres acontece com maior frequência onde está sua família. Essa mulher, em recente fase de ingresso no campo partidário, tentaria conciliar vida profissional, familiar e política. (AVELAR, 2001, p. 67). Quando dirigimos nossa análise para a realidade paraibana, encontramos congruências a respeito da afirmação, pois o maior quantitativo de mulheres estão sim atuando na esfera municipal da Paraíba. No que se refere ao pertencimento a famílias de força na política partidária, parte das prefeitas paraibanas estão sim imersas a essa realidade, não sendo, vale destacar, a sua totalidade.

Tal processo de perpetuação de poderio via familiar, não está inserida na cultura política das mulheres paraibanas particularmente, mas sim na cultura política do estado da Paraíba, ou até do país como um todo, tendo à frente dos espaços políticos, nomes que representam a perpetuação do poderio político familiar de determinadas famílias. Na Paraíba, assistimos uma “novela” no que se refere a repetição de sobrenomes na política partidária, por exemplo, a família Cunha Lima, que tem seu sobrenome marcado no passado e no presente da história política paraibana.

Em entrevistas realizadas com 21 das 48 prefeitas paraibanas eleitas em 2012⁵, um dos pontos abordados foi a questão do pertencimento à famílias de poderio político, caracterizando-se enquanto um capital político familiar. Como resposta obtivemos duas posturas, uma afirmindo o pertencimento e outra negando, afirmando ter entrado o cenário político por iniciativa própria.

Por meio das respostas obtidas, conseguimos resgatar a tipologia elaborada por Blay (1977). Segundo essa autora, a partir de certas semelhanças, podem-se agrupar as prefeitas

⁵ Entrevistas realizadas por meio do projeto “As mulheres paraibanas no poder municipal e suas estratégias de comunicação” com plano de trabalho “As prefeitas paraibanas de 2009 a 2016”.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

brasileiras em três tipos básicos: a prefeita coronel, a prefeita esposa e a prefeita por iniciativa própria. A prefeita coronel seria aquela que, na ausência de um homem mais apto, assume a liderança da família, a direção dos negócios, através da utilização de velhas práticas clientelistas como as do "mandonismo". Em sua maioria pertencente às oligarquias locais, assim como os homens, é socializada para assumir a direção política do grupo familiar quando se faz necessário.

A prefeita esposa, seria aquela que assume o lugar dos maridos na política formal, em função de algum impedimento legal, ou como forma de continuar controlando o poder. Outras vezes, o prestígio adquirido no exercício de seu papel de "esposa de político", através de atividades assistencialistas, garante a constituição de uma base eleitoral que é sabiamente aproveitada (BLAY, 1977, p. 35). Por fim, a "prefeita por iniciativa própria", seria aquela que por suas próprias convicções e liderança construiu capital político suficiente para se eleger. Desse modo, esse terceiro grupo se distinguiria dos dois primeiros.

Diante do exposto, analisando as respostas obtidas conseguimos agrupar as prefeitas paraibanas tanto na tipologia proposta por Blay (1977) quanto por Pinheiro (2007). Conseguimos indentificar diferentes capitais políticos, que fazem com que essas mulheres se insiram no senário da política partidária. Mas o que seria capital político? De acordo com Bordieu (2004), capital político seria uma forma de capital simbólico, "seria um produto de ator subjetivos de reconhecimento e que só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência" (BORDIEU, 2004, p, 188).

De modo geral, a mensagem que ficou mais forte após a análise das respostas aos questionamentos foi a de "continuidade", sendo essa característica não específica das mulheres paraibanas, ou das mulheres na política partidária em âmbito nacional, mas característica presente n cultura política brasileira. O controle do poder local além de garantir



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

uma base eleitoral, instrumento de troca na negociação com os governos estatal e federal, também viabiliza a manutenção do controle privado sobre o aparelho e os recursos públicos.

Referências bibliográficas

- ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.
- AVELAR, Lucia. **O voto feminino no Brasil**. (Tese doutoral em Ciências Sociais) São Paulo: PUC/SP, 1985.
- BLAY, Eva. **As prefeitas**. Rio de Janeiro: Avenir, 1981.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- Dossiê História e Culturas Políticas”, Revista Saeculum, João Pessoa (PPGH/UFPB), nº 24, jan./jun. 2011.
- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. 432 p.
- MARIANO, Serioja R. C. “**Gente Opulenta e de Boa Linhagem**: Família Política e Relações de Poder na Paraíba (1817-1824)”. Tese de Doutorado, Recife: UFPE. 2005.
- MOTTA, Rodrigo Pato (org.). **Cultura Política na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG. 2009.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política:** uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

PRIORE, Mary del, **A Família no Brasil Colonial**, São Paulo, Moderna, 1999

RABAY, Gloria; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba.** Histórias de vida e luta. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba: Editora da UFPB, 2010. 268 p.

RABAY, G.; CARVALHO, M; SILVA, M. B. As Prefeitas Paraibanas de 2013 a 2016.In: FAZENDO GÊNERO 10 - DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS: Florianópolis, 2013. Anais eletrônicos do Fazendo Gênero 2010 - Desafios Atuais dos Feminismos: Florianópolis, UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385662442_ARQUIVO_GloriaRabay.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2014.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 99-140.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: Cláudia Engler Cury; Elio Chaves Flores; Raimundo Barroso Cordeiro Jr Cultura (Ogrs). **Histórica e Historiografia- Legados e Contribuições do Século XX.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2010. P 37 a 68.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

SOIBET, Racquel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890–1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 394 p.